

Reforma tributária testará força do Congresso

ARTIGO

João Henrique Hummel

Agrônomo e consultor político, foi responsável pela fundação do Instituto Pensar Agro (Ipa) e estruturação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

A aprovação da reforma tributária no ano passado coincide com um momento particular do País no qual, a cada dia, fica mais evidente a disputa entre dois sistemas de governo: o presidencialismo de coalizão, o qual o presidente Lula navegou com destreza; e o semipresidencialismo, que se impõe à medida que o Legislativo consolida seu fortalecimento.

Discutida há décadas, a reforma tributária simboliza não só a transição para um sistema mais justo e eficiente, mas também demonstra o que um Legislativo empoderado é capaz de fazer quando consegue impor sua agenda.

Protegidos pelas emendas impositivas e pelo domínio da pauta, deputados e senadores levaram à reboque o Executivo, governos estaduais, líderes e presidentes de partido, bem como os setores impactados pela reforma.

Não é pouca coisa e nos permite fazer um paralelo com a gênese do empoderamento do Congresso: a aprovação do Código Florestal. Foi a primeira vez em que o Executivo precisou ir ao Legislativo negociar um tema de alcance nacional fo-

ra dos restritos gabinetes do governo federal.

O impacto da aprovação foi tão expressivo que o então presi-

dente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, declarou à época: "Foi a noite dos meus sonhos para esta Casa: a contravérsia, o debate, as pessoas legítimas, o embate, o voto, a discussão, a votação, o Brasil real".

Essa nova realidade, contudo, ainda é um aprendizado para a sociedade. Por isso, a regulamentação da reforma será determinante para medir o quanto o Congresso está disposto a assumir o protagonismo das políticas públicas. E o Código Florestal, de novo, traz lições importantes.

Isso porque aquela lei remeteu apenas três trechos à regulamentação posterior pelo Executivo. O restante do texto abrangia normas autoaplicáveis, isto é, que passavam a valer na sua totalidade assim que promulgado.

Adotar o conceito das normas autoaplicáveis será fundamental para que o Legislativo se afirme na perspectiva do semipresidencialismo, já que a palavra final sobre as novas regras será efetivamente dele. Caberá ao Executivo tão somente executar, e ao Ministério Público garantir sua aplicação.

Os benefícios serão imensos: todos os aspectos regulatórios terão de ser analisados no Legislativo, tornando-os uma previsão de Estado, e não de governo.

Assim, o Congresso terá a chance de dar à reforma dois sinais importantes: o da vida real, de conferir maior segurança jurídica ao setor produtivo; e o da vida política, mostrando que está apto a assumir o protagonismo da agenda nacional. ●

Regulamentação será decisiva para medir disposição do Congresso em assumir protagonismo das políticas públicas

Política pública Alcance

Economistas veem efeito limitado em novo pacote de estímulo ao crédito

Medidas têm mérito de atender a público com pouco acesso a financiamentos, mas potencial de estímulo à atividade é incerto

DANIEL TOZZI MENDES
GABRIELA JUCA

A avaliação de economistas é de que o pacote de crédito anunciado ontem pelo governo, que engloba novas linhas de financiamento e a renegociação de antigos débitos, não deve, a princípio, ter impacto significativo sobre a atividade econômica e levar o mercado a mudar suas previsões para o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) no ano. Também não se espera impacto na economia que possa comprometer a atual política monetária do Banco Central.

"Pelo que foi anunciado até agora, parece algo distante do que vimos, por exemplo, entre 2009 e 2015, quando houve um forte subsídio do Tesouro direcionado para grandes empresas, que já tinham acesso aberto para os mercados", afirmou o ex-diretor do Banco Central Tony Volpon, que hoje é professor adjunto da Georgetown University. "Não me parece que os programas agora vão atingir um tamanho a ponto de atrapalhar o BC, o que é uma boa notícia."

Volpon destacou ainda o fato de as iniciativas serem direcionadas para pessoas de baixa renda e para pequenos e médios empresários. "É onde você pode argumentar que, de fato, existe falha no mercado de crédito. E você vê isso em outros países, não é uma 'jabuticaba'", acrescentou ele.

Já na avaliação da economista-chefe da consultoria Buysidebrazil, Andréa Damico, é natural que programas de crédito tragam resultados positivos para o crescimento da economia, mas no caso das medidas anunciadas ontem ainda é cedo para saber se o impacto será significativo o suficiente a ponto de puxar para cima as projeções atuais de crescimento do PIB. "O eixo relacionado ao microcrédito deve ter um impacto pequeno, mas a parte do imobiliário, por exemplo, precisa de mais detalhes para analisar melhor", disse ela.

"(Baixa renda e pequenos empresários) é onde você pode argumentar que, de fato, existe falha no mercado de crédito. E você vê isso em outros países, não é uma 'jabuticaba'"

Tony Volpon
Ex-diretor do BC e professor da Georgetown University

'SABOR AMARGO'. Entre as medidas incluídas no pacote, Andréa considera que a que deixou o "sabor mais amargo" foi a da ampliação do papel da estatal Empresa Gestora de Ativos (Emgea) como securitizadora de créditos imobiliários. Para ela, a iniciativa irá favorecer pessoas da classe média que poderiam conseguir crédito a taxas de mercado convencionais. "Não é um enfoque na população menos favorecida."

Economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitoria viu pontos positivos no pacote, mas ressaltou que uma retomada do crédito de forma sustentável depende também do ajuste nas contas do governo. "O crédito só vai melhorar com a queda de juros, com a inflação e o risco fiscal controlados. Se o governo não enfrentar o fiscal como deveria, na prática, estamos sem controle de gastos, o que pressiona os juros."

O pacote, porém, não deve ter impactos significativos na política monetária e nas projeções de crescimento do PIB, segundo Rafaela. "A medida não tem um acesso tão amplo e tem um tamanho modesto. Pode ajudar o nicho dos pequenos negócios sem o impacto macro de ir contra o contexto de aperto monetário." ●

Raro aceno a quem critica a mão pesada do Estado

ANÁLISE

MARIANA CARNEIRO

O ato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de criar uma linha de crédito para microempreendedores individuais (MEIs) e microempresários é caso raro em que a agenda presidencial coincide com a do Congresso. De perfil mais liberal e atento à agenda empresarial, o Parlamento tem respondido de maneira assertiva a temas que têm a bênção do setor privado. Um exemplo foi a reforma tributária.

Ontem, o governo baixou medida provisória criando novas linhas de crédito que começarão a rodar em 60 dias. O tema tem outro ingrediente que não poderia deixar Lula mais satisfeito: mira em nada menos do que 15 milhões de pessoas que se declaram MEIs e em 7,5 milhões de CNPJs que estão no Simples. Juntos, os dois grupos representam mais de 90% dos CNPJs do País, segundo o Ministério do Empreendedorismo.

Traduzindo: trata-se de uma política que terá o condão de aproximar Lula de um contingente numeroso em momento de baixa popularidade. E mais, de um contingente que tem aversão à mão pesada do Estado sobre os negócios.

Não se sabe de pesquisa eleitoral que demonstre como esse contingente enxerga o governo Lula neste momento, mas é possível supor que não se sente atendido quando a pauta do governo é aumentar a

arrecadação de impostos.

Ao tentar se aproximar desse grupo com a oferta de crédito, Lula deseja colocar na vitrine um feito pró-setor privado, e nisso deverá ter apoio do Congresso. O Parlamento vem demonstrando simpatia a políticas voltadas ao pequeno negócio e discute até uma ampliação do Simples, mesmo que a iniciativa seja alvo de críticas de especialistas em tributação.

Há dúvidas, porém, sobre a potência da medida. Há expectativa no governo de que os bancos privados passem a ter apetite para emprestar a essa clientela, uma vez que o governo vai oferecer garantia do Tesouro Nacional. Isso também deverá turbinar, na visão do governo, a versão para empresas do Desenrola, de renegociação de dívidas bancárias.

Manobra
Lula deseja colocar na vitrine um feito pró-setor privado, e nisso deverá ter apoio do Congresso

No anúncio, Lula falou em usar o crédito ao pequeno empresário como alavanca de desenvolvimento. "Não queremos um País que seja eternamente dependente de Bolsa Família e de vale-gás. Enquanto tivermos isso, não será sociedade de classe média", disse o presidente.

Parece acreditar que isso também poderá alavancar sua aprovação em grupos que hoje o veem com desconfiança. ●

É REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA